

Comunicação e inferência em linguagem natural

Jorge Campos da Costa
PUCRS

As investigações lógico-lingüístico-filosóficas sobre a natureza do significado em linguagem natural têm produzido um sem-número de debates, especialmente nos últimos cinquenta anos. Russell (1905) e Strawson (1950) representam, certamente, o confronto mais popular nas origens contemporâneas sobre o tópico, envolvendo argumentos que giram em torno das complexas relações entre significado, verdade e uso da linguagem. O ponto crucial dos debates pode ser identificado, com mais precisão, se ele for construído contra o pano-de-fundo das ásperas conexões metateóricas entre filosofia, lógica e lingüística, a partir, decisivamente, das considerações que Frege elaborou no final do século XIX e suas repercussões na obra de Russell e Wittgenstein. Frege, entre outras contribuições maiores, localizou perplexidades na linguagem de comunicação que a fragilizavam de um ponto-de-vista lógico. A possibilidade, por exemplo, de uma expressão de referir objetos inexistentes, tipo 'o quadrado redondo', 'o homem de três metros de altura', 'Ulisses', etc., é algo que problematiza uma abordagem logicista, à medida que, dada uma proposição com tais nomes como sujeito, em princípio, ela pareceria destituída de valor-de-verdade, desafiando o princípio da bivalência. De fato, se o Brasil não tem um rei, por exemplo,

(1) 'O Rei do Brasil é loiro'

pareceria não ser nem verdadeira nem falsa, uma vez que falha a condição de aplicação do predicado. Não se poderia, intuitivamente, atribuir uma propriedade a algo que não existe. Russell, como se sabe, não percorreu o raciocínio fregiano, mas, de qualquer modo, reconheceu a dificuldade semântica oferecida pelas então

chamadas descrições definidas vácuas. Ambos assumiram, ainda que Russell fosse mais benevolente que Frege, que a linguagem natural possui uma flexibilidade que enfraquece tentativas de utilizá-la de maneira mais rígida e rigorosa.

No contexto da filosofia da linguagem da época, essa necessidade de se assumir uma posição quanto ao caráter semântico da nossa linguagem produziu, inclusive, um dos mais interessantes e frutíferos conflitos. Wittgenstein (1921-1953) foi o protagonista de um debate, diríamos, virtual, entre duas de suas mais prototípicas produções, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e as *Investigações Filosóficas*, uma vez que, se a primeira tenta resgatar ao máximo as propriedades semânticas e pictoriais da linguagem cotidiana, a segunda parece assumir, decididamente, uma compreensão pragmática de significado enquanto uso.

Nos anos 50 e 60, ainda na agenda wittgensteiniana, apareceram textos de expressiva repercussão sobre o tópico lógica-linguagem natural. Strawson (1952), Grice (1957-1967), Austin (1962) e Searle (1969) são, provavelmente, os mais reconhecidos. Na brecha aberta por Strawson, a teoria dos Atos de Fala e a teoria da Implicaturas constituíram-se como conexões entre significado e intenção, binômio capaz de preencher a lacuna aberta pelo tratamento puramente lógico das condições-de-verdade das proposições. A noção de enunciado como entidade pragmática emergia e conferia foco à unidade comunicativa do diálogo em oposição às abstrações proposicionais livres de contexto.

A Semântica mais dura teria um verdadeiro e espetacular ressurgimento na década de 70. Na mais legítima tradição formalista, Montague e seus colaboradores ofereceram um roteiro de investigações semânticas acima de qualquer suspeita e com contribuições técnicas de valor intrínseco, independentemente do resultado do debate que continua ainda hoje. De fato, se se pensa na interface entre semântica e sintaxe e na fronteira com a lógica e a computação, Montague mantém-se relevante e, através de discípulos como Kamp e Reyle (1993), abrindo perspectivas de inegável valor para uma descrição precisa de fragmentos da linguagem natural.

Mais recentemente, com o enraizamento da Semântica e da Pragmática no interior das ciências cognitivas, o processo inferencial de captura extraliteral passou a merecer uma especial atenção de especialistas como Sperber e Wilson (1986) e Levinson (2000). De fato, entre outros, eles podem ser identificados como pontos de referência para o debate sobre questões que ainda resistem ao tempo e resgatam traços de um passado construído pelo confronto entre os filósofos da Lógica e os filósofos da mente.

Dado o contexto brevemente indicado até aqui, o presente ensaio caracteriza-se pelas seguintes tarefas:

(A) Apresentar problemas cruciais para o projeto teórico de Sperber e Wilson (1986/95) conhecido como *Teoria da Relevância*;

(B) Identificar problemas e contraexplicações para a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000);

(C) Levantar alguns fundamentos para uma proposta teórica alternativa que descreva e explique fenômenos considerados pelas duas mencionadas teorias.

(A) Sobre a Teoria da Relevância – 1986-1985

Sperber e Wilson (S&W) defendem uma teoria da comunicação ostensiva humana, baseada em princípios de relevância (TR), essencialmente ligados à intuitiva dicotomia custo/benefício. Em tal perspectiva, a cognição humana é orientada por uma tendência de otimizar o ato comunicativo, o que se expressa, fundamentalmente, na tentativa de oferecer/retirar o máximo de efeito contextual com um mínimo de esforço de processamento. Para descrever/explicar o objeto comunicação, assim construído, S&W organizam um modelo de comportamento racional complexo, constituído de uma base inferencial não-trivial, que dirige e complementa um sistema de códigos sustentado pelo conhecimento mútuo entre os interlocutores. Dada a TR, o ato de comunicação ostensiva vem carregado por uma presunção de relevância ótima, como um resultado de uma vocação natural para a ciência cognitiva, e isso permite aos participantes do processo coordenarem suas inferências de modo a interagirem em uma forma racional de compreensão. Tanto maior o efeito contextual, tanto menor o custo de processamento; tanto mais otimizada a relação entre ambos, tanto maior a relevância e, certamente, tanto maior o entendimento.

O que se segue, é um conjunto de problemas, por hipótese cruciais para a TR e, ainda por hipótese, dramáticos para a sua pretensão de corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de uma teoria rigorosa e à intuição do que seja a comunicação humana em geral.

- (1) Ainda que a noção de relevância seja proposta como um conceito técnico cuja conexão com o uso rotineiro é apenas de motivação intuitiva; ainda que se entenda tal uso técnico como de natureza qualitativa, comparativa – e não formal, estatística ou probabilística; ainda que se entenda o conceito de relevância como uma propriedade de graus de relação entre custo e benefício, noções de uso familiar em diversas

áreas, ainda assim considere-se a gravidade de cada um dos tais componentes absorverem diversos conceitos próximos, mas não idênticos e, além disso, indecidíveis porque inescapavelmente vagos. De fato, Custo pode envolver:

- processamento cognitivo; mental, neurofisiológico, etc.;
- processamento da linguagem verbal ao nível fonológico;
- idem ao nível sintático;
- idem ao nível semântico;
- idem ao nível pragmático;
- grau de acessibilidade de contextos;
- grau de acessibilidade de memória lexical;
- grau de calculabilidade de inferências, dedutivas, indutivas, etc.;
- grau de percepção de ambiente cognitivo.

Benefício pode envolver:

- grau de importância quanto ao conteúdo/proposição;
- grau de adequação, de conexão, de interatividade;
- compreensão de implicaturas;
- implicação contextual;
- benefício retórico;
- benefício cultural;
- benefício moral; benefício psicológico.

Para cada um desses, seria possível construir-se modelos de comunicação em que a noção de relevância, como apresentada na TR, seria determinada, ora no custo, ora no benefício por um ou mais deles. Isso deve problematizar a validade técnica da teoria.

(2) Ainda que a TR se refira apenas à comunicação humana ostensivo-inferencial, como ela poderia reagir às contra-exemplificações sugeridas abaixo?

Por que as pessoas, ao contrário do que supõe a TR, conversam, diariamente, anos, trivialidades, repetindo, milhares de vezes, as mesmas observações, os mesmos conselhos, as mesmas advertências, os mesmos comentários sobre o seu país, os seus problemas, etc.?

Por que o discurso amoroso, forma absolutamente popular de comunicação, é altamente redundante, com custos assumidos e desprezados, ainda que com efeitos contextuais totalmente previsíveis e de conteúdo totalmente tautológico?

Por que as pessoas não passam, o tempo inteiro, fazendo perguntas aos outros, forma indiscutivelmente econômica de baixo custo para alto benefício e implicações contextuais?

Por que a Cultura de Massa é tão forte no mundo, representando uma tendência excepcionalmente crescente, se ela é, por consenso, irrelevante, no sentido de que tem alto custo, várias horas, às vezes, de TV, rádio, jornal, por dia, com as mesmas notícias, os mesmos conteúdos, por hipótese, altamente redundantes?

Por que as pessoas se cumprimentam diariamente, se é praticamente só custo, dado que o benefício informativo é praticamente nulo, no sentido de absolutamente previsível?

Por que as pessoas navegam na Internet pelos mesmos sites, quando, com o mesmo custo, poderiam navegar anarquicamente com efeitos contextuais ricos?

Por que as pessoas concordam, se a discordância provoca, em princípio, mais efeitos contextuais?

Por que pessoas se encontram justamente para conversar sobre amenidades, conversa fiada, em que a questão é zero stress, muita comunicação, nada de relevante e grave? O custo comunicacional é alto e o efeito contextual mínimo, por hipótese. Nesse caso, a situação paradoxal a ser enfrentada pela TR poderia ser esta:

Se conversa fiada é não-relevante, é relevante; se é relevante, é não-relevante.

$$(\neg R \rightarrow R) \wedge (R \rightarrow \neg R)$$

Humor de lado, a TR, de fato, parece supor uma noção de relevância ancorada pelo senso comum de que sempre tentamos otimizar informativamente a nossa comunicação. Mas, exatamente para desafiar essa posição confortável é que os questionamentos acima são levantados.

(B) Sobre a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG)

Levinson (2000) apresenta a sua TICG como uma abordagem do significado em linguagem natural, dedicada aos aspectos pragmáticos do enunciado, mais precisamente, a um tipo de inferência cunhada por Grice (1967; 1975) como *Implicatura Conversacional Generalizada*. Levinson, diferentemente de Sperber e Wilson (1986/1995) e mesmo da tradição griciana, se exige de vincular sua proposta a qualquer pretensão de compromisso mais forte com algum princípio cognitivo subjacente, como o da Relevância, por exemplo, que seja a matriz das implicaturas generalizadas. Para

ele, tem havido, na tradição da interface semântico-pragmática, uma radical e imprópria dicotomização entre o significado da sentença (*sentence type-meaning*) e o significado do enunciado (*utterance token-meaning*), que perde de vista o que ele considera crucial para o entendimento do tópico, a então chamada "interpretação preferencial". Não estando exatamente ao nível do convencional semântico nem da ocorrência específica pragmática, Levinson identifica a existência de um nível intermediário decisivo para suas considerações, que ele denomina de significado do enunciado tipo (*utterance type-meaning*). Tal nível de significação, no caso, não representa o objeto da Pragmática mais típica, o enunciado-ocorrência (*utterance-token*), em sua dependência de contexto particular, mas, antes, é o resultado de uma certa generalização no uso da linguagem, uma espécie de interpretação padrão ou default que caracteriza uma instância pragmática mais fortemente relacionada à Semântica. Um exemplo de Levinson (2000, p. 16) ilustra, perfeitamente, a diferença entre os dois tipos de inferência pragmática, retomadas por ele, da tradição griceana.

Contexto 1

(A): Que horas são?

(B): Alguns convidados já saíram

ICP: deve ser tarde

ICG: nem todos os convidados saíram

Contexto 2

(A): Onde está João?

(B): Alguns dos convidados já saíram

ICP: Talvez João tenha saído

ICG: Nem todos os convidados saíram

O que Levinson retira dos exemplos é a diferença entre a inferência dependente de contexto particularizado (ICP) que varia do contexto 1 para o 2 e a inferência dependente de uma interpretação preferencial, de uma generalização de uso no emprego do quantificador (IPG), que é a mesma de 1 para 2. Levinson (2000, p. 17) ainda acrescenta que se deveria ceder à tentação de considerar a idéia de "nem todos" como significado da expressão 'alguns'. Se fosse assim, observa ele, o enunciado 'alguns, mas não todos, x são G' expressaria uma discrepância semântica, o que não parece ser o caso. A partir daí, Levinson começa a arquitetura conceitual de sua teoria, construindo três heurísticas que ele apresenta como suficientes para a sustentação descritiva das implicaturas conversacionais generalizadas.

Heurística 1 (Q) O que não é dito, não é

Heurística 2 (I) O que é simplesmente descrito, é estereotipicamente exemplificado

Heurística 3 (M) O que é dito de maneira anormal, não é normal (Q) e (I) são, ainda conforme Levinson, próximas das máximas de quantidade e (M), da de modo na formulação griceana.

Um exemplo com (I) e (M) ilustra o *insight* básico de Levinson:

(A) Bill parou o carro

(B) Bill fez com que o carro parasse.

(A) por (I) implica conversacionalmente que Bill parou o carro pelo uso do freio;

(B), por (M), implica conversacionalmente que ele parou o carro por outro processo.

Levinson (2000:39) ainda examina uma possível relação entre as três heurísticas na direção de conseguir descrever e explicar potenciais inconsistências no processo inferencial, bem como na perspectiva de predições mais ricas. Nesse sentido, inferências (Q) são prioritárias, impondo-se sobre inconsistentes outros de qualquer tipo e inferências (M) se impõem sobre as da forma (I). Isso está relacionado ao fato de que (Q) e (M) são inferências essencialmente negativas em oposição à I. (Q) parece corresponder à intenção de evitar algum comprometimento informacional *mais forte* e (M) parece significar a intenção de evitar a expressão *mais simples*. Tais propriedades sugerem que (Q) e (M) são geradores de inferências metalingüísticas à medida que só são recuperadas com referência ao que poderia ter sido dito e não foi. Um exemplo ilustra esse jogo de relações (Levinson: 160)

(A) Cortes matou Montezuma

(I) implica que Cortes provocou diretamente a morte de Montezuma

(A) Cortes causou a morte de Montezuma

(M) Implica que Cortes provocou indiretamente a morte de Montezuma.

Suponha-se um caso de inconsistência entre (I) e (M).

(B) Cortes causou a morte de Montezuma, ou matou-o.

Em (C), $p \vee q$ (Q) implica que é possível que p e é possível que q, ou seja, (Q) implica Cortes tenha assassinado diretamente Montezuma e, com isso, derrota a (M) inferência de p, a saber, que Cortes provocou indiretamente a morte de Montezuma.

Dentro deste quadro teórico, Levinson acredita ter identificado um fenômeno lingüístico com muito mais generalidade, provavelmente, do que Grice pressupusera, e atribui a ele a possibilidade de reforçar a idéia de uma nova formulação de relações entre a Semântica e a Pragmática. O argumento de Levinson está assentado, fundamentalmente, nos seguintes passos:

- A ICG é uma espécie de inferência não-monotônica, porque *cancelável*. (A), por exemplo, poderia ter sua implicatura cancelada por uma observação do tipo Bill parou o carro, mas não pôde usar o freio. Nesse sentido, pensa Levinson, tal implicatura se opõe às forma monotônicas de acarretamento semântico;
- A ICG é, então, uma inferência *pragmática* de natureza especial na fronteira com a Semântica;
- A ICG deve ser localizada, portanto, como uma condição pragmática na *constituição* das condições-de-verdade da Semântica;
- A ICG, entre outros efeitos, pode ser localizada como uma inferência pragmática *pré-semântica*, alterando-se a forma tradicional da interface em que o output da semântica é o input da Pragmática.

Ainda que a proposta de Levinson esteja apenas razoavelmente esboçada em seus aspectos essenciais, cabe problematizar o cenário em que seu núcleo teórico se enraíza.

São três, basicamente, os níveis em que se deve avaliar a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (TICG) de Levinson (2000): o dos fundamentos, que envolve questões de filosofia da Lingüística, o da arquitetura teórica, em que se localiza a estrutura conceitual assumida, e o da análise dos dados sob a forma de enunciados da linguagem natural. Começemos pela questão dos fundamentos.

Levinson, já no prefácio de seu texto assume que não tem a intenção de comprometer-se com qualquer princípio de espécie cognitiva subjacente à natureza da comunicação humana, mas ainda assim não vê problemas para que sua teoria da interpretação preferencial adquira a desejável generalidade. Bem, a idéia de generalização certamente envolve a noção de grau e não há como negar a Levinson o direito de satisfazer-se com aquele que sua teoria atinge. Mas o problema de não se ter a conexão com algum princípio cognitivo matriz não é exatamente de bloquear o valor total de uma teoria, mas de impedir que ela se apresente adequada na interface interna, intradisciplinar e, especialmente, na externa,

interdisciplinar. De fato, a pergunta sobre qual a diferença entre a cognição semântica e a cognição pragmática fica vazia de consideração na TICG. O ônus disso é que se pode supor que a distinção entre as duas áreas, uma das pretendidas contribuições de Levinson, não tem justificativa cognitiva, sendo ad hoc apenas para os interesses descritivistas da disciplina lingüística. A diferença, por exemplo, entre decodificação e inferenciação, enquanto processos cognitivos complementares simplesmente não tem lugar nas especulações de Levinson. Em outras palavras, a interface semântico-pragmática, tal como aparece na TICG é puramente descritiva, não estando ancorada em qualquer outro processo de valor explanatório. Quanto à interface externa, também um pesado ônus. A relação da Lingüística com a área interdisciplinar em que se insere fica esvaziada de relações obviamente interessantes. Levinson abre mão de evidências em outra disciplina cognitiva que pudesse corroborar a relevância de suas distinções. Se se assume, inclusive, que a desejável adequação explanatória depende de tais interfaces, a TICG fica ainda mais limitada. Veja-se uma crítica mais pontual decorrente do que se disse até agora. A proposta de Levinson está crucialmente sustentada pela sua tricotomia de heurísticas. Delas Levinson depende para descrever as inferências generalizadas. Mas de onde vêm tais heurísticas? como surgem, inatas ou adquiridas? Levinson se diz modesto em suas pretensões. Mas então, o que garante a plausibilidade de tais heurísticas a não ser o fato de que ele as propõe para explicar as inferências conversacionais generalizadas? Suponhamos que um argumento cético duvide da existência cognitiva de tais processos. A TICG fica estrategicamente muda sobre isso, mas essa aparente simplicidade a compromete. A única garantia a que Levinson apela é a conexão das suas heurísticas com as máximas griceanas. Mas Grice se agarrava a um Princípio de Cooperação (PC), que, aliás, também não era interfacialmente justificado. Ou seja, Levinson pede emprestada a sustentação descritiva de Grice, que, por sua vez, também está desancorada de maior enraizamento, o que leva a TICG ao colapso de uma inadequação explanatória mais forte. Seria possível, ainda em decorrência das suposições de Levinson, questionar-se sobre o que significa dar o status de teoria a uma abordagem de um fenômeno restrito como as implicaturas conversacionais generalizadas, mesmo que elas possam ser reconhecidamente importantes. Talvez se pudesse pensar em uma teoria das inferências pragmáticas em geral, mas, nesse caso, Levinson deveria ter demonstrado a amplitude de sua arquitetura conceitual para as implicaturas particularizadas e outras, o que, lamentavelmente, não fez.

Quanto ao segundo nível, o da teoria e seu objeto, a principal contribuição pretendida por Levinson é a identificação das implicações conversacionais generalizadas como fenômeno bem mais amplo e relevante do que certamente Grice supusera, e a metamorfose das máximas deste último nas heurísticas daquele, dentro, é claro da assim chamada teoria da interpretação preferencial. Certo, mas a herança griciana não é sem preço. Veja-se a primeira Heurística, 'o que não é dito, não é', que corresponderia à máxima de quantidade de Grice, 'faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido'. A idéia básica parece, de fato, ligada à quantidade de informação. Mas a noção de quantidade requerida, ainda que intuitiva, é teoricamente vaga. Quem ou o quê determina o requerido? Mas voltemos à formulação de Levinson. Se a expectativa é a de que a heurística permita identificar a inferência do que não foi dito porque não o foi, obviamente ela licenciaria infinitas inferências. Uma proposição restringe, diríamos, um estado-de-coisas. Todos os outros estão livres. Levinson identifica isso, diga-se a bem da verdade, e reconhece que sua heurística só pode funcionar com uma inevitável restrição a um conjunto de alternativas salientes, ou em contraste. Seu refinamento da heurística passaria pela expressão 'para as relevantes alternativas salientes, o que não é dito, não é o caso'. Ilustremos com Levinson (2000, p. 36), passando a, automaticamente, avaliar o terceiro nível, o da exemplificação.

- (A) alguns dos meninos vieram
+> nem todos
- (A) três meninos vieram
+> não quatro
- (B) possivelmente, existe vida em Marte
+> não certamente

Em (A), então, assumo como Levinson o fez que há uma certa escala (Horn, 1972) do tipo <todos, alguns> que, portanto, restringe a heurística de modo que 'alguns', sendo dito, implica que não é o caso que todos, a alternativa que não foi dita. Da mesma forma, dada a escala <cinco, quatro, três, dois, um>, (B) +> não quatro, já que três é dito e não é o caso de que seja quatro, o número de opção mais alta na escala, que não foi dito. O raciocínio para a escala <certamente, possivelmente> é, obviamente, o mesmo. Muito bem, entenda-se a restrição de Levinson para evitar a proliferação de licenciadas inferências. Mas e de onde vêm tais escalas e já restringidas? Continuamos na arbitrariedade. Nada impede a proliferação de escalas. Por exemplo, suponhamos a escala <onze, dez, nove, oito, sete, seis cinco, quatro, três, dois, um, zero>, seria razoá-

vel dizer-se que (B) +> não onze e não sete? acrescente-se, ainda, que na interpretação clássica das escalas (B) deveria acarretar que dois vieram, um veio e zero, ou ninguém, veio, o que é esdrúxulo. Para (A), imaginemos a escala <todos, a maioria, muitos, alguns> e consideremos se é razoável que (A) +> não muitos. Além disso, a formulação de (A) parece implicar, da mesma maneira, alguns não vieram, equivalente a nem todos vieram. Mas e a escala, agora, onde fica? (C) poderia ser avaliado mediante uma escala do tipo <certamente, quase certamente, provavelmente, possivelmente>, e Levinson deveria prever que (C) +> não quase certamente. Parece plausível? Não é irrelevante examinar (I) e (M). A heurística (I) é formulada por Levinson como sendo o que é expresso simplesmente, é estereotipicamente exemplificado. Ele associa (I) com a segunda máxima de quantidade de Grice, a que recomenda que não se dê mais informação do que o requerido. (A), (B) e (C), abaixo ilustram o princípio em jogo.

- (A) o livro de João é bom
+> o que ele escreveu, único que leu, emprestou, etc.
- (A) motorista
+> homem
- (A) eu não aprovo a medida
+> eu desaprovo a medida
- (A) eu não acredito que p
+> eu acredito em não p

Quanto a Heurística (M), Levinson a aproxima da máxima de maneira em Grice e a formula como o que é dito de modo anormal, não é normal. Os exemplos abaixo ilustram o caso.

- (A) Bill parou o carro
+> parou, usando o freio
- (B) Bill fez com que o carro parasse
+> parou de maneira não usual, indiretamente, pelo freio de mão, etc.
- (C) João veio e o homem sorriu
+> o homem é outra pessoa

De início, cabe considerar, o que Levinson não fez explicitamente que (I) e (M) parecem ser absolutamente semelhantes, embora invertidas, o que ficaria obvio se se aceitasse que (I) fosse assim formulada: 'o que é expresso de maneira normal, é normal'. Talvez Levinson estivesse pensando em (I) como conteúdo e (M) como forma, mas a verdade que ele em (I) usa a palavra 'expressão' para caracterizar a Heurística em questão e reforça essa idéia em meio a sua definição, afirmando que 'breves e simples expressões encora-

jam, por esta heurística, a selecionar a melhor interpretação...' (Levinson, 37). Neste caso, ambas estariam representando a máxima de maneira de Grice. A pretendida semelhança de (I) com a segunda de quantidade em Grice fica mais distante. Isso enfraquece a proposta de Levinson à medida que sugere que os casos pudessem caber numa só heurística mais bem rearranjada, algo do tipo 'o que é dito de forma direta implica a interpretação padrão, de forma desviada, a interpretação não padrão. Provavelmente, Levinson não interpretasse seus exemplos com essa simplificação, mas teria o ônus de justificar fortemente a necessidade da distinção entre elas. Mas examinemos os exemplos: Suponhamos variações de (A) de (I): (A') o livro de Sherlock Holmes é bom (A'') o livro dos Beatles é bom em que, no primeiro caso, a implicatura fosse a de que obviamente S. Holmes é uma personagem do livro e, no segundo, a implicatura de que Beatles fosse o assunto do livro. Será que (A') e (A'') poderiam ser caracterizadas com tendo interpretações estereotípicas? das duas uma, ou a estereotipia está sendo perigosamente alargada, ou a predição de Levinson falha mais perigosamente ainda, dados os indícios anteriores que ameaçam as heurísticas. E se considerássemos (C') eu não maltrato gays, tal proposição poderia ser interpretada como implicando que eu trato bem gays? Veja-se que a contra-exemplificação poderia ser facilitada para casos de expressões com conteúdo negativo. (C'') eu não desprezo a tecnologia implicaria estereotipicamente eu prezo a tecnologia? (C''') eu não sou inimigo dos políticos poderia ser assumida como implicando que sou amigo deles? Suponha (D') eu não acredito que Maria goste de mim implicaria estereotipicamente que eu acredito que Maria não goste de mim? Quanto ao exemplo em (B), ele parece obviamente justo, embora um tanto inexpressivo para o caso. Passemos para (M). Suponhamos (E) a seleção do Brasil massacrou a da Costa Rica. Provavelmente, Levinson dissesse que (E) implicaria que o Brasil foi muito superior, não dando chance para o adversário. Mas isso também seria a interpretação para (E) o Brasil ganhou facilmente de 5x2. Mas, por hipótese, a primeira seria ilustrativamente de um uso anormal em relação à segunda, e então? Quem sabe se pudesse pensar que (E) representa um caso de metáfora cristalizada como expressão normal a essas alturas. Mas, nesse ponto já não teríamos clareza sobre se a noção de normalidade é uma questão de frequência de uso, ou padrão de directude semântica. As expressões idiomáticas seriam normais ou anormais na heurística (M) da TICG? Talvez esse exemplo pudesse ser demasiadamente especial pela convencionalidade de metáforas. Mas consideremos (A') Bill consertou o carro, quase idêntico ao de Levinson. Nesse caso, diríamos que o uso direto implicaria o quê? que ele consertou ou que o mecânico o fez? o estereó-

tipo talvez fosse o conserto do mecânico. Mas nesse caso, a expressão normal seria a aparentemente mais longa 'levou o carro para consertar', ou não?

Se esse movimento é correto, então há casos que a escala não gera as implicaturas previstas e casos em que as implicaturas não dependem da escala. Logo a estratégia de heurísticas de Levinson não parece nem necessária nem suficiente para a descrição de seu objeto.

A TEORIA DA CONECTIVIDADE NÃO-TRIVIAL

O que se segue é uma construção teórica alternativa aos modelos anteriores examinados que se pretende mais resistente aos contra-exemplos apresentados tanto ao nível dos fundamentos quanto da arquitetura conceitual e do potencial de aplicação.

O primeiro passo, o dos fundamentos, identifica alguns princípios assumidos como suposições de que decorre o modelo a ser apresentado.

1 O Princípio da Conectividade Não-Trivial

Assume-se como hipótese de sustentação da presente abordagem que deve existir uma tendência inata para a conectividade não-trivial, entendida como comunicação humana básica. Isso significa que se está supondo que há uma direção cognitiva do cérebro/mente para a conexão comunicativa, entre outras formas de conexão como, por exemplo, a físico-sexual, etc. Tal tendência, ao nível humano, deveria ser entendida apenas como um subconjunto de uma mais inespecífica, própria dos animais em geral. Seria estranho supor que o ser humano fosse dotado de uma capacidade inata para a linguagem, como assume Chomsky, sem que também tivesse uma natural vocação para o compartilhamento de tal linguagem. Da mesma forma, seria estranho que outras formas variadas de comunicação natural aparecesse entre animais e que a forma humana não tivesse uma base cognitiva para isso, caracterizando-se toda a organização social da linguagem como puramente contingente e fortuita na evolução. Por Não-Trivial deveria entender-se a propriedade de ser uma conexão não apenas mecânica, mas interativa e criativa. Nesse sentido, a primeira expressão de tal princípio é o de que ele se expressa através de uma linguagem especial, humana, e a segunda é que ele representa, de maneira geral, compromissos informativos não redundantes.

2 O princípio de que a linguagem humana é essencialmente sintaxe (forma), semântica (conteúdo) e pragmática (usabilidade)

Assume-se, com Chomsky(86/95), que a linguagem humana possui uma faculdade especializada no cérebro-mente que se expressa por uma forma de gramática universal. Mas, diferentemente, assume-se que tal gramática universal tem uma propriedade sintático-semântico-pragmática, em que o caráter da estrutura é a sua potencialidade representacional e usabilidade. Não se coloca a restrição de que uma semântica mais ampla se expresse no mesmo módulo especializado; da mesma forma, a condição de instanciação pelo uso deve, em eu sentido amplo, envolver outros módulos. Se sujeito e predicado, por exemplo se apresentam como uma forma simples de princípio sintático universal, supõe-se que identificação e classificação poderiam ser funções semânticas básicas articuladas necessariamente à estrutura sintática e instanciabilidade do complexo sintático-semântico, uma função pragmática fundamental para a competência comunicativa. A natureza dessa espécie de gramática universal é suposição abduativa, não dependendo de evidências empíricas sobre induções experimentais ou deduções formais. Segue-se que, se tal gramática é assumida, então se explicam melhor as propriedades essenciais da linguagem humana e sua manifestação não-necessária, mas historicamente fundamental na intersecção das diversas línguas.

3 O Princípio da Interatividade Comunicativa

Dada a tendência natural para a conectividade, as formas de organização social, em sua história, passam a construir códigos comunicativos e suas regras de uso, entre eles, as diversas línguas. A interatividade, então, pode ser caracterizada como uma consequência da sociabilidade natural mais a natureza do social, ou seja, da natureza da linguagem enquanto propriedade genética para a expressão das línguas enquanto construções sociais. Assumido esse caráter polimórfico da comunicação, entende-se o complexo fato de que, ao nível da linguagem humana, universal e local representem uma tensão constante. Os princípios sintáticos, semânticos e pragmáticos universais enraizados na genética sustentam as variações dos parâmetros sociais que desigualam as línguas. Nessa interface com a comunicação, a Semântica Lingüística passa a ser o conjunto de conceitos sistemáticos capaz de representar a base convencional, independente de contexto específico, para a interati-

vidade, enquanto a Pragmática pode ser modelada para dar conta da dinamicidade contextual própria dos tipos variados de situação. As formas escritas e faladas de código têm sido privilegiadas ao longo da história das civilizações. A diferença essencial entre elas provavelmente seja a intensidade da comunicação pela fala em oposição à estaticidade da escrita. Ambas parecem caracterizar-se por três fundamentos básicos. Informatividade, veracidade e objetividade ou economia. Enquanto a interatividade escrita parece ter compromissos mais rígidos com tais princípios, a fala, pela referida dinamicidade, expressa as mesmas condições de maneira mais flexível. Pela presença dos interlocutores no ato comunicativo da fala, a adequação é rápida, o custo de retificação é baixo e, conseqüentemente, a fala pode ser instável quanto à quantidade e qualidade da informação, maior ou menor veracidade ou plausibilidade do que se afirma e mais ou menos redundante sem maior prejuízo da economia comunicativa.

4 O Princípio da Adequação Descritiva e Explanatória da Lingüística nas Interfaces

Por esse princípio assume-se que a Lingüística e, conseqüentemente a Semântica, deve ser adequada a um compromisso metodológico de interfaces internas e externas. Isso quer dizer que ao nível da natureza da cognição, trata-se de investigar a linguagem em suas fronteiras com outros supostos módulos, sob pena de se ter uma teoria cognitiva *ad hoc* para a linguagem. Evidentemente, não se trata de precipitar mistérios, mas de conduzir a metodologia de pesquisa com tais suposições para que os problemas sejam bem formulados. Quanto à Semântica, seria estranho que, sendo ela modelada enquanto subteoria lingüística, não tivesse necessária interface interna com a sintaxe assumida. Da mesma forma, já ao nível comunicativo, a interface com a Pragmática se impõe, se é suposto o papel do contexto na abordagem da significação em fragmentos das línguas; A interface interna seria uma restrição para a adequação descritiva. No que se refere à externa, a Semântica teria óbvios compromissos com o tipo assumido de modelagem Lingüística, cognitiva ou formal, por exemplo. Tal interface funcionaria como uma restrição para a adequação explanatória. Tal suposição poderia ser vista como uma forma de se assumir o colapso da autonomia disciplinar clássica em direção não exatamente a uma ciência unificada, mas com compromissos em relação a áreas interdisciplinares.

Dados tais princípios, a Semântica Cognitiva, por exemplo, poderia ser construída como um programa de investigação em que se procurassem nas línguas formas de significado subjacentes, comuns, a indicarem o que seria uma semântica universal. A Semântica Formal poderia ser constituída a partir da interface com a Lógica de Predicados, enquanto disciplina básica da forma da inferência, ou teoria da validade dos argumentos dedutivos. A Semântica Comunicativa, nesse caso, faria interface com teorias da comunicação, de natureza cognitiva e cultural ao mesmo tempo. É a última que está em jogo nesse momento.

Dentro deste quadro, a Semântica vai ser a disciplina das condições-de-verdade, ou teórica-de-modelos na interface com a Lógica. Nela, a modelagem para as duas disciplinas terá em vista a argumentabilidade dedutiva e suas condições. Ali serão relevantes as diferenças entre os conetivos enquanto veritativo-funcionais ou não, dado que a Semântica/Lógica terá interesse na evolução de tal interface tendo em vista, por exemplo o caráter lógico-lingüístico da computação para inteligência artificial, ou mesmo interesses para a linguagem da ciência em geral. Na Semântica Comunicativa, a argumentação é apenas um tipo de processo. Afirmarções, questionamentos, ordens e outras formas de interatividade são absolutamente comuns e já foram identificadas pelos filósofos do meio do século XX, especialmente pelas teorias tipo atos de fala. É aqui que a Semântica, já constituída ao nível das línguas, representa um conjunto de convenções ao nível do léxico, da proposição e do discurso mais amplo. Tal conjunto será dito semântico enquanto considerado contexto generalizado e livre de contexto particular, portanto. Assumido o papel de contexto particular e específico para o enunciado, passar-se-á ao nível da Pragmática, então. Nessa direção, o que se está dizendo é que a presença ou não de contextos específicos na determinação de significados é o que distingue a Pragmática da Semântica e, conseqüentemente, que a interface relevante entre as duas disciplinas será exatamente a forma de interação entre convenções generalizadas de proposições e particularizadas de enunciados. Leve-se em conta que não se assume que a linguagem humana seja entendida como objeto em si mesmo, com propriedades concretas e descobríveis pela ciência. Mesmo porque o significado, como tal, enquanto fenômeno, não é assumido como observável na perspectiva grosseira da palavra. Assim, a teoria constrói uma arquitetura conceitual a partir do binômio conhecimento comum mais história da disciplina, na busca de adequação em relação às

interfaces anteriormente assumidas. Cabe, aqui, considerar-se a questão intensamente debatida da oposição holismo/atomismo, na investigação do significado. Desde o princípio de contexto de Frege, a idéia de significado como uso de Wittgenstein e a tese quiniana de que entender uma sentença é entender a totalidade da linguagem, tem-se discutido o holismo semântico como inevitável. Fodor e Lepore (92) têm questionado essa posição e rejeitado os principais argumentos holistas em defesa de alternativas que viabilizem a semântica composicional. Do ponto-de-vista aqui assumido, o debate parece depender de uma concepção de significado enquanto propriedade da linguagem em si mesma. Como partimos da suposição de uma opção metodológica primeira, não se assume a idéia de significado como entidade com tais ou outras propriedades. Nessa perspectiva, a noção de significado depende de como ela é construída na interface relevante. Por exemplo, na interface com a Lógica, assume-se que as condições-de-verdade estabelecidas a priori esgotam todo o significado de uma proposição desde que a inferência dedutiva é que esteja em jogo. Na interface com a comunicação, a semântica/pragmática das línguas representam o significado o parcial para que a adequação descritiva e explanatória da teoria em pauta sejam alcançadas. O fenômeno da significação pode (e deve) ser descrito e explanado em ambos os níveis, o semântico, da proposição livre de contexto particular e o pragmático em que o contexto mínimo é considerado. A proliferação de contextos para caracterizar o holismo mais amplo não parece acrescentar nada de especial à teoria do significado que a primeira unidade global considerada já não tenha trazido. Quanto ao atomismo, o seu caráter parece ser descritivamente necessário para compor as unidades maiores, mas deveria ser acompanhado da função pragmática, sob pena de não ser explanatoriamente adequado. O molécularismo, em sua expressão de *frames*, contextos, seja lá o que for, é assumido, aqui, como ou atomismo enriquecido ou holismo restringido, o que parece ser mais adequado à interface semântica/pragmática. Acrescente-se ainda que a oposição holismo/atomismo, que parece ser uma questão teórica no interior das ciências em geral, também é interpretada, aqui, como a necessária tensão na relação parte/todo, a não ser resolvida, exatamente, mas a ser contornada pela metodologia científica em estado constante de evolução ao nível de suposições de entidades microcósmicas e macrocósmicas, de quarks ao big-bang.

Neste trabalho, a noção de contexto será definida, de maneira não problemática, enquanto função de atribuição informativa sobre alguma proposição em jogo. Contexto, portanto, é qualquer peça informativa que funciona na interface com o papel do suporte particularizador variável que permite a interpretação de enunciados. Esclareça-se que enunciados são tomados enquanto ilustrações particulares de proposições ou, ainda, enquanto proposições contextualizadas. Se se quiser, assuma-se com Levinson (2000) a idéia de distinguir enunciados-ocorrência de enunciados-tipo. Ela é útil para que se entenda que a emergência de um *token*, em contextos específicos, está, metodologicamente, a serviço do *type*, cuja generalidade é relevante teoricamente. Dada a necessidade de operacionalizar, por motivos formais, a noção de contexto de natureza ampla aqui, pode-se torná-la, como em Bar-Hillel (1957), equivalente a Descrições-de-Contexto.

Sobre as noções de decodificação e inferência

Aqui se assumirá a distinção entre o significado veiculado pela proposição explícita, o significado associado a essa proposição pelo conjunto potencial semântico convencional e o significado decorrente de inferências implícitas. De outra forma, o conteúdo proposicional explicitado na sentença é decodificado, o associado pela rede significativa é obtido pela inferência semântica e o que se dá pela relação da proposição com um contexto específico é apreendido pela inferência pragmática. Ou se se quiser traduzir pela forma clássica de Grice, distinguir-se-á o dito, das implicaturas convencionais, incluindo as generalizadas, e das implicaturas particularizadas. A novidade, nesse ponto, é considerar a distinção entre convencional, propriamente, e generalizadas, aberta por Grice, no interior da semântica lingüística, interface com a comunicação.

Sobre a competência semântica e a competência pragmática

Considera-se como competência semântica lingüística, interface comunicação, o conjunto potencial de propriedades lexicais, proposicionais e discursivas adquirido pelo indivíduo, do qual cada unidade semântica atualizada é uma restrição. Pode-se identificar tal restrição com a noção de tópico. O tópico, por sua vez, é restringido pelas formas específicas de contexto comunicacional, a saber, afirmações/comentário, perguntas/respostas, ordens/posicionamento e cumprimento/reação, etc., que caracterizam o que se

poderia denominar competência pragmática elementar. Considera-se, nesse segundo nível, o conhecimento que os interlocutores têm de que uma peça comunicativa é determinada pelas condições iniciais e condições finais a que os interlocutores estão submetidos. Nesse sentido, ambos respeitam como a comunicação começa e quais os seus objetivos finais. Um diálogo publicitário, por exemplo, ao construir um slogan do tipo (A) *você já se livrou daquela dorzinha no braço na hora de secar a roupa?*, restringe as condições iniciais a uma pergunta e a um tópico, no caso, *secar roupa*. A condição final é, por exemplo, *vender a máquina Brastemp de secar*. As implicaturas intermediárias, como, (D) *com uma máquina de secar, você se livra da dor estão*, nesse ponto, sujeitas a essas condições iniciais e finais para que sejam inferidas.

Sobre a relação entre os interlocutores

Nesse modelo de abordagem, a relação estrutural entre os interlocutores se impõe sobre formas assimétricas de teorias da compreensão. Assume-se que falante e ouvinte, por exemplo, são funções a serem consideradas na estrutura da unidade comunicativa e descritas em suas atividades específicas. Um exemplo ilustra a situação. Dentro do modelo gricano, um diálogo como o seguinte (A) *Estou sem gasolina* (B) *Há um posto na esquina permite ilustrar que (A) infira que (B) está implicando conversacionalmente (C), que no posto ele pode pôr gasolina, dado que ele, (B), está cooperando e, nesse sentido, está falando em relação ao tópico*. O modelo gricano, então, privilegia a inferência como processo que o ouvinte executa. Uma proposta mais simétrica consideraria que (A) e (B) estão numa relação comunicativa em que (A) restringe o ato inicial com uma observação que abre o diálogo e (II) implica a expectativa de um comentário sobre o tópico por parte de (B). (B), então, infere a implicatura (IA) e coopera, comentando sobre o posto e (I2) implica (C). (A) assume, na seqüência, que (B) está cooperando e infere (C), caracterizando o entendimento.

Sobre exemplos e contra-exemplos, envolvendo TR, TICG e TCNT

Primeiramente, cabe considerar que a noção de relevância de S&W (86/95) é suposta como propriedade adquirida culturalmente no sentido de otimizar cognitivamente a troca de comunicação informativa. Ainda que esse tipo de comunicação seja expressiva e forte nas comunidades intelectualizadas, não se a considera, aqui, como sinônimo da comunicação em geral. S&W pro-

vavelmente fizeram a restrição para ostensivo-inferencial no sentido de adequar a idéia de relevância, mas, ainda assim, isso não parece suficiente. É perfeitamente possível pensar-se em comunicação ostensivo-inferencial sem nenhum compromisso com menor custo e maior benefício informativo. O diálogo amoroso, mencionado anteriormente, pode ser ostensivo sem ser relevante. Pode-se supô-lo altamente redundante e pobre em informações novas, ou implicações contextuais cognitivas. O benefício emocional não deveria justificar o custo, à medida que trivializaria a noção de benefício. Nesse sentido, esse tipo de contra-exemplo condiciona a noção de relevância como ou inconsistente ou trivial, desde que se considere a interface com a comunicação em geral e não apenas a restrita pela busca da eficiência informativa. Aliás, o senso comum é exatamente o de que a comunicação diária não é relevante, mas altamente redundante e marcada pelo que se costuma chamar, vulgarmente, perda de tempo. A TR, como Levinson bem observa, tem a sua mais forte proposta no sentido explanatório, já que não tem praticamente aparato conceitual descritivo. De fato, falha se tiver que descrever a diferença entre inferências generalizadas e particularizadas uma vez que reduz as suas implicações contextuais à necessária conexão entre proposição nova e contexto. Entretanto, se o conceito de relevância também colapsa, no sentido de que só se ajusta a um pequeno subconjunto de trocas comunicativas especiais, então fica bastante problemática em sua (para fazer o jogo de palavras) relevância enquanto teoria da comunicação. Tomemos um exemplo do próprio S&W (86:126) para ilustrar as considerações críticas feitas.

Considere o contexto (A) Pessoas que se casam deveria, consultar o médico sobre possíveis riscos hereditários para seus filhos, (A') Duas pessoas que têm Talassemia deveriam ser advertidas a não ter filhos e (A'') Susan tem Talassemia e (B) e (C) que se seguem: (B) Susan, que tem Talassemia, vai casar com Bill (C) Bill, que tem Talassemia, vai casar com Susan

Segundo S&W, dado o contexto (A), (A') e (A''), (C) é mais relevante do que (B) porque exigem o mesmo custo e (C) tem uma implicação a mais, a saber (D) Susan e Bill deveriam ser advertidos a não ter filhos

De fato, o exemplo é burocraticamente bem construído. Mas suponha-se uma conversação comum em que (C) fosse expresso de outra maneira (C') Bill, você se lembra, aquele cara que andou por aqui o ano passado, ficou um tempo e voltou, tornou-se nos

so conhecido e foi embora, você se lembra, lembra sim, cara, tem uma doença, uma tal de Talassemia e vai casar com a Susan, vai sim, cara, tá ligado. E isso é problema, a galera tinha que avisar ela, tinha sim cara.

Pois bem, (C') ainda tem (D) a mais que (B) e um enorme custo a mais de conversa irrelevante para o fato. S&W poderiam argumentar que ainda assim o benefício compensa, mas não seria problema enriquecer o exemplo e triplicar o custo e, então? até que ponto compensaria? Suavize o exemplo da doença, que parece aumentar o valor do benefício e construa o mesmo caso com uma situação sobre ser advertido a sair com roupa quente para maior conforto, etc. Não se nega que o exemplo de S&W seja falso, tal como eles o apresentam. A questão é que a comunicação diária não tem, aparentemente, compromisso maior com a relevância, e isso diminui muito a força da TR. Veja-se que a tendência para a conectividade e interatividade informativa é mais geral e não se expõe ao tipo de contra-exemplo apresentado. Além disso, sem o princípio da conectividade, não se explicaria como é que a ostensão se justifica, antes de a relevância ser prevista.

Com relação à TICG, além do fato de que ela perde em adequação explanatória por não ter nenhum princípio mais geral, a questão crucial diz respeito a sua tese mais expressiva, a saber a da interface semântico-pragmática. Levinson defende a idéia de que a Pragmática possui um papel pré-semântico à medida que as ICGs são inferências canceláveis, mas estão ligadas a uma interpretação default de que depende a proposição em suas condições-de-verdade. Nesse sentido, ele supõe uma distinção entre a inferência semântica não cancelável, ou monotônica e as inferências pragmáticas canceláveis, ou não-monotônicas, para incluir, então, as ICGs como pragmáticas, diríamos de nível 1, em oposição às particularizadas, pragmáticas de nível 2, seguindo, nesse aspecto, a tradição griciana. Na TCNT, não se atribui vantagem metodológica a essa duplicidade de papel pragmático. Assume-se que uma inferência é construída como não-cancelável, na interface com a lógica, em que se trabalha com a noção de necessidade. Assim, de $P \rightarrow Q$ e P , assume-se Q e diz-se que tal inferência é monotônica à medida que, sendo a Lógica uma disciplina de caráter descritivo e normativo para a abordagem da inferência válida, tal monotonicidade é estabelecida a priori. Na interface com a comunicação, a Semântica Linguística, na TCNT, tem seu objeto modelado para a abordagem da linguagem natural com outras

características determinadas por convenções e contextos particulares na interface com a Pragmática. Nessa perspectiva, não se assume inferência monotônica nessa interface. Toda inferência é cancelável, pela própria natureza necessariamente flexível da linguagem para comunicação. Uma proposição como João matou Pedro acarreta semanticamente que Pedro morreu. Mas, dada a flexibilidade e ambigüidade da linguagem de comunicação, nada impede que se diga, sem ser exatamente uma contradição, que João matou Pedro, mas Pedro não morreu porque sua obra fica entre nós. Ou, ainda, isto é uma rosa, mas não é uma flor porque é artificial. Dada essa posição metodológica, a cancelabilidade não deverá ser critério para a distinção Inferência Semântica/Pragmática na TCNT. O ponto crucial será mais simples e objetivo. Elas se distinguem à medida que a primeira depende de convenções gerais, enquanto a segunda apela para a existência de contexto particular na modelagem do processo inferencial. Também a TCNT não vê vantagem no processo de abordagem via heurísticas, não só pelos contra-exemplos levantados, mas também pelo fato de que elas são construídas sem uma âncora de interface que possibilite maior generalidade para descrever as demais inferências pragmáticas, o que lhes confere um sabor ad hoc. Na TCNT, então, as inferências semânticas serão convencionais ao nível do léxico, acarretamentos ao nível da proposição e generalizadas ao nível de interpretação default de estruturas léxico/proporsionais. Em oposição a essas, as inferências pragmáticas são as que decorrem da presença de contexto específico e particular.

Dito isso passemos a organizar mais sistematicamente a TCNT

Assume-se o princípio da conectividade não-trivial como de base inata e constituído de estruturas fundamentais de natureza sintático-semântico-pragmática que representam a linguagem humana em sua forma mais elementar. Isso caracteriza a interface entre o fenômeno lingüístico e o cognitivo. Segue-se o princípio da interatividade em que os aspectos sócio-culturais das línguas são considerados. Aqui, também, se pode falar numa estrutura tripartite sintaxe/semântica/pragmática. A sintaxe trata da sentença, a semântica, do léxico e da proposição, e a pragmática, do enunciado. O que distingue as duas últimas é o fato de que a semântica é investigada independentemente de contextos particulares, levando em conta o sistema convencional que sustenta a no-

ção parcial de significado. Poder-se-ia falar de forma comunicativa de maneira similar à que se fala de forma lógica na interface com as disciplinas formais. A pragmática, então, seria a área em que se considera a variabilidade contextual, à medida que se introduz o contexto como função que leva da unidade semântica básica para a significação mais ampla. Nesse ponto, deveria ser possível avaliarem-se as condições comunicativas dos três mencionados níveis. Assume-se, então, que pesa sobre a sintaxe as condições de boa-formação, sobre a semântica, a informatividade não-trivial e a veracidade e, sobre a pragmática, as condições de adequação e objetividade. Tais condições são pressupostas para a competência comunicativa. Informa-se, o assumido, como veraz, e de forma objetiva. Dados tais critérios de avaliação, poder-se-ia introduzir a noção de formas de comunicação para a unidade básica da comunicação (UBC), a saber o diálogo. A UBC representaria o protótipo do ato comunicativo, cujas características gerais poderiam ser expandidas para as demais formas. O diálogo seria constituído, basicamente, de uma condição geral de expectativa/satisfação sobre os eixos contato/contato, afirmação/comentário, pergunta/resposta e pedido/posicionamento. A expectativa/satisfação se daria ao nível do ato, forma, e ao nível do conteúdo significativo. O dito seria descrito pela semântica das convenções e enraizado na pragmática do contexto específico. As inferências, tipo implicação poderiam ser desdobradas em cada um dos dois níveis, as convencionais, em termos de interpretação *default* ou semânticas (IS) e as específicas, ou pragmáticas (IP), em termos da ação contextual. Ilustremos com exemplos similares aos anteriores, o que já nos dará uma base comparativa para a diferença entre a TICC e a TCNT.

(A) Onde está João?

(A) João está em casa

(B') Alguns já saíram

Interface Semântica/comunicação

(A) Dito: em forma de pergunta, João está onde?

(A) IP gostaria de saber onde João está (conteúdo)/expectativa de resposta(forma)

(B) Dito: João está em casa

(A) IP: satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo (informação veraz e de forma objetiva)

(B') Dito: mais de um saiu (informação veraz, adequada e indireta)

(B') IP: João pode ter saído/satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo

(B') IS: nem todos saíram

(C) Tens horas?

(D) são 23 horas

(D') é tarde

(D'') tenho

(C) Dito: em forma de pergunta/tens horas?

(C) IP: gostaria de saber as horas/expectativa de resposta

(A) Dito: são 23 horas

IP satisfação da expectativa em termos de forma e conteúdo

(D') dito: é tarde (informação veraz, adequada e indireta)

(D') IP: satisfação da expectativa de resposta

(D') IP: está na hora de ir/satisfação da expectativa de resposta em termos de forma e conteúdo

(D'') dito: tenho (informação veraz, inadequada e indireta)

(D'') IP: satisfação da expectativa de pergunta em termos de forma

(D'') IP: não satisfação da expectativa de resposta em termos de conteúdo

A modelagem do diálogo sob forma da inferência de cada um deles ao ouvir o enunciado do outro poderia ser a seguinte:

(B) inferindo

1 (A) disse E

2 (A) disse E em forma de pergunta

3 E está de acordo com as condições comunicativas

4 (A) implicou que gostaria de saber onde João está

(A) implicou que tem expectativa de resposta

(A) inferindo

1 (B) disse E

2 (B) disse E em forma de resposta

3 E está de acordo com as condições comunicativas

4 (B) implicou que E satisfaz às expectativas de resposta em termos de forma e conteúdo

1 (B') disse E

2 (B') disse E em forma de resposta

3 E está de acordo com as condições comunicativas quanto à forma

4 (B) implicou que E satisfaz a expectativa de resposta, mas foi pouco informativo

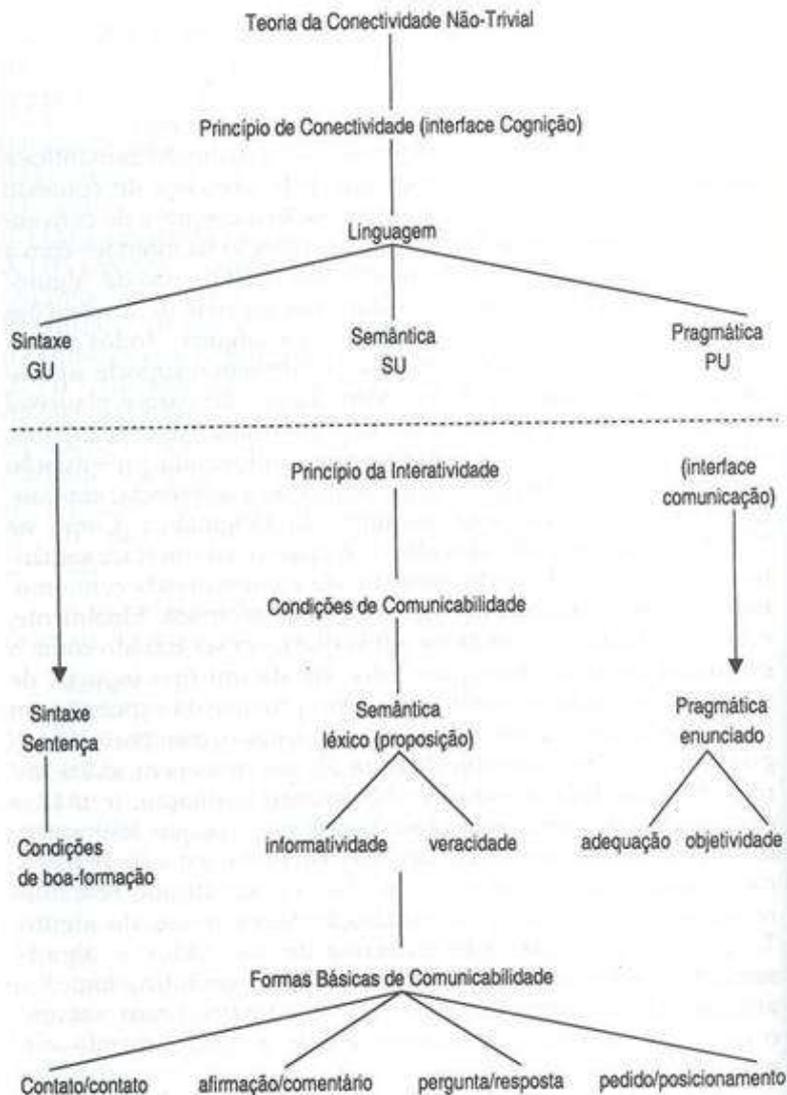
5 (B) disse E e implicou que João pode ter saído

6 (B) disse E e satisfaz à expectativa da resposta quanto ao conteúdo

Merece um esclarecimento, dentro da TCNT, o fato de que inferências como *nem todos*, a partir do uso de 'alguns', sejam tratadas como semânticas e não pragmáticas. Três são os argumentos principais que a TCNT pode oferecer para isso:

Em primeiro lugar, considere-se que a distinção Semântica e Pragmática na TCNT é estabelecida pela presença de contexto particular de uso (enunciado) em oposição a conjunto de convenções linguísticas que determinam a proposição na interface com a Comunicação. Nesse sentido, inferir *nem todos* do uso de 'alguns' não depende de contexto particular, mas da rede de convenções gerais em que se insere 'alguns'. No caso, 'alguns', 'todos', 'muitos', 'vários', 'quase todos', etc. que constituem o suporte significativo para os quantificadores. Além disso, não parece plausível destacar-se a idéia de *nem todos* do significado convencional de 'alguns', à medida que tal idéia parece autorizada pré-situação particular de uso. Levinson argumenta que a inferência, em pauta, sendo cancelável, está no reino da Pragmática. Como na TCNT, a inferência não-cancelável só aparece na interface semântica/lógica, onde, livre de contexto, ela é normatizada como monotônica, a justificativa de Levinson não se aplica. Finalmente, cabe considerar que *nem todos*, ainda que deva ser tratado como o significado nuclear de 'alguns', decorre de um tipo especial de inferência cujo cancelamento afeta o próprio uso da expressão em pauta. Levinson argumenta que se *nem todos* fizesse parte de 'alguns', então seria estranho dizer-se alguns, mas nem todos saíram. Mas, de fato, é estranho. Na primeira situação, o 'mas' é empregado para reforçar a idéia de *nem todos*, já que, logicamente, em seu núcleo semântico, 'alguns' não exclui a noção de todos; na segunda, o cancelamento hipotético do significado *nem todos* representa, praticamente, a retificação sobre o uso de alguns. Tanto é verdade que, pelo raciocínio de que 'todos' e 'alguns' semanticamente se reduzem ao seu núcleo semântico/lógico, a afirmação abaixo seria razoável 'Todos, portanto alguns, saíram', o que não parece ser, *comunicativamente*, o caso. Entende-se-a, mas não se a usa.

O esquema abaixo possibilita uma melhor visualização da arquitetura conceitual da TCNT.



Referências

- Austin, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- Frege, G. On sense and reference. In: Geach; Black, M. (eds.). *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1952, p. 56-78.
- Grice, Paul. Meaning. *Philosophical Review*, n. 67, 1957.
- . (1967). Logic and conversation. In: Cole; Morgan, 1975, p. 41-58
- Kamp, H.; Reyle. *From discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- Levinson, S. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA.: The MIT Press, 2000..
- Montague, R. *Formal Philosophy: Selected Papers*. (ed. R. Thomason). New Haven: Yale University Press, 1974.
- Russell, B. On denoting. *Mind*, n. 14, p. 479-493, 1905.
- Searle, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- Sperber, Wilson (1986). *Relevance: communication and Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- Strawson, P. F. On referring. *Mind*, n. 59, p. 320-344, 1950.
- Wittgenstein, L. (1921). *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.
- . *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell. & Mott, 1953.